

A Normatização Gráfica no Brasil Imperial a Partir de Gramáticas Racionalistas

Graphic Normalization in Imperial Brazil
from Rationalist Grammar

Alexandre Xavier Lima 

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Email: alexandrex@gmail.com

Resumo

O presente trabalho estuda a normatização gráfica do Brasil imperial, a partir dos grafemas etimológicos prescritos no *Compendio da Grammatica da Lingua Nacional* (1835) de Antonio Alvares Pereira Coruja. Considerando os pressupostos da História das Ideias Linguísticas, que investiga a construção do saber linguístico como forma de instrumentalizar a língua, o objetivo é verificar a inserção do princípio etimológico nas prescrições capazes de formar e sistematizar modelos de erudição gráfica. A comparação com outras obras do período racionalista e com obras do período científico aponta para a vitalidade de uma tradição de escrita, que se intensifica na virada do século XIX.

Palavras-chave

Gramatização no Brasil; Normatização gráfica; Gramáticas oitocentistas.

Editor-chefe

Marcia dos Santos
Machado Vieira

Autor correspondente

Alexandre Xavier Lima
alexandrex@gmail.com

Recebido: 28/04/2023

Aceito: 09/04/2024

Como citar:

LIMA, Alexandre Xavier.
A Normatização Gráfica no Brasil Imperial a Partir de Gramáticas Racionalistas. *Revista Diadorim*, v.25, n.1, e58369, 2023. doi: <https://doi.org/10.35520/diadorim.2023.v25n1a58369>

Abstract

The present work studies the graphic standardization of imperial Brazil, based on the etymological graphemes prescribed in the *Compendio da Grammatica da Lingua Nacional* (1835) by Antonio Alvares Pereira Coruja. Considering the assumptions of the History of Linguistic Ideas, which investigates the construction of linguistic knowledge as a way of instrumentalizing language, the objective is to verify the insertion of the etymological principle in prescriptions capable of forming and systematizing models of graphic erudition. The comparison with other works from the rationalist period and with works from the scientific period points to the vitality of a writing tradition, which intensified at the turn of the 19th century.

Keywords

Grammarization in Brazil; Graphic standardization; 19th century grammars.

Resumén

El presente trabajo estudia la normalización gráfica del Brasil imperial, a partir de los grafemas etimológicos prescritos en el *Compendio da Grammatica da Lingua Nacional* (1835) de Antonio Alvares Coruja. Considerando los presupuestos de la Historia de las Ideas Lingüísticas, que investiga la construcción del conocimiento lingüístico como forma de instrumentalización del lenguaje, el objetivo es verificar la inserción del principio etimológico en prescripciones capaces de formar y sistematizar modelos de erudición gráfica. La comparación con otras obras del período racionalista y con obras del período científico apunta a la vitalidad de una tradición de escritura, que se intensificó a principios del siglo XIX.

Palabras claves

Gramática en Brasil; Normalización gráfica; Gramáticas del siglo XIX.

Introdução

Ampliar a compreensão sobre os efeitos da Independência do Brasil sugere o esforço por reconhecer os instrumentos para a criação do sentimento de nacionalidade, que delineiam ideologicamente a nação brasileira. Um desses instrumentos é a construção que se faz em torno de uma língua nacional, não mais fruto de sua antiga condição de colônia, mas decorrente de seu papel como sede de um Império. Interessante notar que o Brasil se torna independente politicamente de Portugal, mas permanece na condição de Império, participante inclusive de uma tradição de

língua escrita de origem comum às nações europeias. Por isso, vale a pena observar o desenvolvimento dos saberes linguísticos decorrentes dessa construção. Esse desenvolvimento é apontado como uma das causas do processo de gramatização da língua, isto é, do processo que conduz a descrever e a instrumentalizar a língua na base de duas tecnologias: a gramática e o dicionário (Aurox, 1992, p. 65).

Esse tem sido o principal objetivo do projeto “A gramatização no Brasil: língua e construção da nacionalidade no acervo da Biblioteca Nacional – 1808 a 1930”, à medida que fornece subsídios para a construção de uma coleção de gramáticas para a Fundação Biblioteca Nacional (FBN), e investe na compreensão da metalinguagem praticada entre o Império e a Primeira República produzida por gramáticos brasileiros.

Uma das possibilidades de se explorar os saberes linguísticos é a partir da noção de latinidade transmitida através da ortografia. Isso permite recuperar os modelos de escrita nacional e verificar o quanto a prescrição se constitui como uma tradição de escrita para os redatores do Brasil independente.

Sobre a questão ortográfica, ainda não estava estabelecida uma ortografia uniforme. Muitos gramáticos oitocentistas testemunham a existência de 3 princípios ortográficos nas práticas de redatores coevos: fonético, etimológico e usual. No entanto, cada princípio é marcado por limitações. O sistema apenas fonético teria como empecilho a variação da pronúncia, que tornaria impraticável a uniformização gráfica. O sistema apenas etimológico desconsiderava as formas derivadas e já acomodadas à língua portuguesa. Na prática, predominava uma “pluriortografia”, ou, como era conhecida, ortografia usual, que, na inexistência de bases seguras e uniformes, tomava por modelo o uso dos doutos e participava tanto do princípio fonético, quanto do princípio etimológico e “melhor se accomoda às modificações” (Sotero dos Reis, 1871, p. 275).

Dessa ortografia usual, adota-se como objeto de investigação a inserção do princípio etimológico na prescrição gráfica através dos grafemas consonantais etimológicos. Entende-se por grafemas etimológicos as unidades gráficas mínimas e polivalentes, formadas por um caractere (simples) ou mais caracteres (complexas) que agregam, de alguma maneira, a noção de latinidade à palavra que formam. As geminadas (como <ll>, de <allegar>), os compostos por <h> (como th, de <methodo> e <ph> de <pharmacia>), assim como os compostos mudos (como <gm>, de <augmentar>) e ainda os grafemas mistos (como <phth>, de <diphthongo>), exemplificam o conceito de grafemas etimológicos, pois são unidades gráficas que estabelecem com sua suposta forma original uma relação de identidade.

A proposta de periodização assumida neste texto é a de Ricardo Cavaliere (2002) que descreve o percurso dos estudos linguísticos brasileiros, baseados na representatividade da obra e nas fontes teóricas que se orientam. Em sua proposta, são apresentados 4 períodos: embrionário (1595 a 1802), racionalista (1802 a 1881), científico (1881 a 1941) e linguístico (1941 até nossos dias). O período embrionário representa o

conjunto de estudos esparsos e “sem nenhum valor significativo como expressão do pensamento linguístico no Brasil” (Cavaliere, 2002, p. 58). Seu marco inicial é a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de José de Anchieta, de 1595 e seu limite é *Epitome da grammatica portugueza*, de Antonio Moraes Silva, publicada em 1802, dando início ao período racionalista. O período racionalista retrata “as primeiras manifestações do estudioso brasileiro sobre fatos da língua como expressão de uma nacionalidade emergente” (Cavaliere, 2002, p. 58). O limite desse período é a gramática de Julio Ribeiro (1881). Com essa gramática inaugura-se o período científico. Tal gramática representa a atualização dos estudos brasileiros tendo como base o método histórico-comparativo desenvolvido na Europa. O objeto de estudo deixa de ser especulado e passa a ser analisado. Cavaliere (2002, p. 60) ainda divide esse período em fase fundadora, em que se enfatizam os estudos etimológicos; e em fase legatária, em que se prioriza o estudo de textos literários, “fontes de uso em normas mais elevadas”. Por fim, aponta-se o período linguístico, resultado da inclusão da disciplina Linguística Geral no currículo básico das faculdades de Letras, introduzindo no Brasil, sobretudo, a perspectiva estruturalista da língua. Enfim, as gramáticas estudadas nesta pesquisa localizam-se no período racionalista (também conhecido como filosófico) e circunstancialmente no científico, na sua fase inaugural, com destaque para Julio Ribeiro (1881).

Neste texto, é apresentada a normatização gráfica no contexto de gramatização da língua nacional, sob o recorte da etimologização gráfica. Para tal expediente, opta-se por descrever a seção *Orthographia* do *Compendio da Grammatica da Lingua Nacional* de Antonio Alvares Pereira Coruja, por ser um testemunho expressivo desse processo de construção de saberes linguísticos brasileiros. Como forma de reconhecer a sua relação com as ideias ortográficas de seu tempo, seu elenco de grafemas etimológicos é comparado a de outros gramáticos do período racionalista e a de outros gramáticos do período científico, permitindo observar, empiricamente, a continuidade ou a descontinuidade da tradição gráfica entre as correntes gramaticais.

A ortografia no Compendio da Grammatica da Lingua Nacional de Antonio Alvares Pereira Coruja

O *Compendio da Grammatica da Lingua Nacional* é uma das obras metalinguísticas disponíveis na FBN apontadas pelo projeto “A gramatização no Brasil: língua e construção da nacionalidade no acervo da Biblioteca Nacional – 1808 a 1930” como sendo fundamental para compor a coleção de gramáticas da instituição e para ser objeto de estudo sobre o processo de gramatização no Brasil, pelo alcance que sua obra mereceu nas primeiras décadas do império e por representar o pensamento

gramatical que vai além da orientação exclusivamente portuguesa, iniciando o período racionalista, ao lado de outros gramáticos, como Francisco Sotero dos Reis e Antônio Duarte da Costa (Cavaliere, 2014, p. 54).

De acordo com Sacramento Blake (1883, p. 103), Antonio Alvares Pereira Coruja (1806–1889) era natural da província do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Iniciou sua carreira no magistério ainda em sua província, lecionando gramática portuguesa e filosofia racional e moral, mas, por perseguição política, transferiu-se para o Rio de Janeiro em 1837, onde fundou o Lyceu de Minerva. Foi oficial da ordem da Rosa, cavaleiro da ordem de Cristo, membro do supremo conselho do grande oriente do Brasil, presidente e diretor das aulas do Asilo das Órfãs da Sociedade Amante da Instrução e sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Esses envolvimento sociais dão conta da sua inserção na vida social em seu tempo, como também acenam para a relevância de seu nome para as questões sobre “instrução pública”. Além do *Compendio*, produziu outros livros de caráter didático, como *Manual dos estudantes de latim* (1838), *Compêndio de ortografia da língua nacional* (1848), *Aritmética para meninos* (1850) e *Lições de História do Brasil* (1855). Sobre esse aspecto de sua carreira, vale a pena conferir o levantamento bibliográfico feito por Polachini (2018, p. 147; 403). O que importa destacar no momento foi o impacto de seu *Compendio*. Segundo Sacramento Blake, “Foi muito seguido nas escolas da província, e nas da corte, e tem tido diversas edições correctas e ampliadas, havendo uma de 1849, outra de 1862, e outra de 1872, feitas no Rio de Janeiro”. Nota-se no testemunho do biógrafo o sucesso não só no sul do país, mas também na corte, a ponto de ser reeditada muitas vezes no Rio de Janeiro, ou seja, fora de seu eixo original.

Polachini chama atenção, na formação do título da obra, para a presença da palavra “Compendio”. Segundo o levantamento da autora, o termo era muito recorrente nas obras gramaticais para se referir às primeiras letras até a década de 70. Não por acaso, o verbete “Compendio” de Moraes Silva indica que seria um “Epítome, resumo do mais sustancial, ou das noções elementares de alguma arte, sciencia, ou preceitos” (Moraes Silva, 1813, p. 427) – conceito mantido na edição de 1890. Portanto, era um conteúdo mais resumido para atender ao público das primeiras letras.

Outro trecho que chama a atenção é a expressão “Lingua Nacional”, pouco comum nas gramáticas da época. A leitura do *Compendio* não fornece pistas explícitas sobre a expressão. Apesar de não ser um termo recorrente, já estava presente na primeira lei sobre educação do Império, Lei de 15 de outubro de 1827, que tratava das escolas de primeiras letras. Dizia o Art. 6º que os professores ensinariam, dentre outras coisas, “a gramática de língua nacional”.

Um fato curioso envolvendo o exemplar de *Compendio da Grammatica da Lingua Nacional* de Coruja sob a guarda da FBN é a ausência de datação, o que poderia levar o pesquisador à suposição de que estaria diante da primeira edição. No entanto, a obra fornece pistas que contrariam a suposição. A folha de rosto apresenta a obra

como “Novíssima Edição ampliada e mais correcta”. Só por essa informação já não poderia ser a edição de 1835, considerada pela Gramaticografia (Polachini, 2018, p. 65) como a primeira edição. Outro dado ainda presente na folha de rosto é a referência à livraria “Francisco Alves & C^{ia}”, que se estabelece com esse nome, segundo Aníbal Bragança (2016, p. 24), apenas na virada do século XIX para o XX. A contracapa traz obras do catálogo do livreiro Francisco Alves publicadas na segunda metade do XIX, como a *Grammatica portugueza* (forma como é citada na contracapa) - 2^a edição - de Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade, publicada em 1894 pela livraria Classica de Alves & C. Sem contar o número de páginas: o exemplar da Livraria Francisco Alves & Cia possui 101 páginas; já a edição da Typographia de V. F. de Andrade, 68 páginas, esta publicada em Porto Alegre, região onde atuava o gramático, e com o ano de publicação impresso na folha de rosto, 1835. Sobre esse assunto, ainda é possível encontrar exemplos nos tópicos da gramática que fazem referência a acontecimentos históricos posteriores ao ano de 1835:

PONTO FINAL (.) indica sentença acabada, e sem dependencia de outra: v. gr. *O descobrimento do Brasil foi no anno de 1500. D. Pedro I. abdicou a 7 d’Abril de 1831. O Sr. D. Pedro II tomou as redeas do governo a 23 de Julho de 1840.* Tambem se faz uso do *ponto* depois dos nomes que se escrevem em breve: como em V. S.; V. Ex.; 1.º, 2.º, 3.º, etc (Coruja, s/d, p. 92).

Como se verifica, os exemplos que ilustram o item “ponto final” são baseados em fatos históricos. Dentre eles, destaca-se o seguinte exemplo: “O Sr. D. Pedro II tomou as rédeas do governo a 23 de Julho de 1840”. Existe nesse exemplo o conhecimento de um fato histórico posterior à data da primeira edição. Não por acaso, o exemplar da Typographia de F. V. de Andrade não apresenta esse exemplo:

PONTO FINAL (.) indica sentença acabada, e sem dependencia de outra: v. g. *O descobrimento do Brazil foi no anno de 1500. D. Pedro I abdicou a 7 d’Abril de 1831.* Tambem se faz uzo deste ponto depois dos nomes, que se escrevem em breve: v. g. V. S.; V. Ex.; 1.º, 2.º, 3.º, etc. etc (Coruja, 1835, p. 68).

Além da inexistência do fato histórico de 1840, o exemplar da Typographia de F. V. de Andrade usa o grafema <z> para <Brazil> e <uzo>, enquanto o de Francisco Alves & Cia usa o grafema <s> para as mesmas palavras. Há ainda opções diferentes de marcar a sentença relativa: a de Francisco Alves & Cia, sem vírgula; a de F. V de Andrade; com vírgula.

O que se pretende destacar com esse fato curioso é, por um lado, a importância do projeto aqui apresentado, no que diz respeito ao enriquecimento da catalogação, tarefa nunca acabada; por outro lado, a repercussão da obra de Antonio Alvares Pereira Coruja. Com o exemplar da FBN, constata-se que o *Compendio da Grammatica da*

Lingua Nacional surge no contexto das primeiras legislações sobre o ensino do Brasil pós-independente e avança por quase todo século, encontrando ainda relevância aos olhos do empresário Francisco Alves, considerado um dos principais livreiros entre o Império e a República. Há inclusive registros das seguintes edições: 1835 (V. F. de Andrade), 1846 (4ª ed.; Typ. Franceza), 1847 (5ª ed.; Typ. Franceza), 1848 (Typ. Franceza), 1849, 1862, 1865, 1872, 1873 (Esperança) e 1891 (Clássica).

Em seu Proêmio, Coruja define gramática, apresenta a sua divisão, além de indicar o que é “Oração” e apontar as suas partes (“Sujeito, Verbo, Predicado ou Paciente e Circumstancia”) e as “espécies” de palavras que compõem a “oração” (Artigo, Nome ou Substantivo, Adjectivo, Pronome, Verbo, Participio, Preposição, Adverbio, Conjuncção, Interjeição”).

Para o autor, “Grammatica é uma arte que ensina a declarar bem os nossos pensamentos por meio de palavras” (Coruja, 1835, p. 3). Nota-se na definição a ideia de que a gramática é uma técnica que auxilia a organização do pensamento em palavras, o que coloca o autor em consonância com o pensamento da gramática filosófica de seu tempo. Apesar de não ter a preocupação de indicar qual a orientação de sua gramática, Coruja cita algumas vezes, em nota, Jeronimo Soares Barbosa (Coruja, 1835, p. 37), referência da gramática filosófica em *Língua Portuguesa*, para dizer, por exemplo, que a simples variação gráfica entre <qu> e <c> [k] não caracteriza a irregularidade do verbo, ou seja, o aspecto gráfico não interfere na regularidade de uma estrutura verbal.

Para Coruja, gramática divide-se em: Etimologia (“parte que ensina a natureza das palavras e suas propriedades”), Sintaxe (“parte que ensina a compor a oração”), Prosodia (“parte que ensina a quantidade de sillabas e sua pronuncia”) e Orthographia (“parte que ensina a escrever com certesa”). Nessa ordem, essas partes são apresentadas, e, como se percebe a sua “Da Orthographia” ocupa a última parte da descrição/prescrição. Assim mesmo, nota-se que está dentro da gramática e, apesar de ser a última parte, está no mesmo nível hierárquico das outras partes.

A norma gráfica divide-se, por sua vez, em *Orthographia de palavras* (“modo de escrever as palavras”) e *Orthographia de Discurso* (“regras de pontuação”). Sobre a *Orthographia de palavras*, recorte deste estudo, o autor alerta para o fato de serem muitas as regras para o uso de consoantes dobradas, tanto por “origem” quanto por “composição” (Coruja, 1835, p. 63). Enquanto a primeira vincula o uso à sua etimologia, condicionando o emprego de geminadas à sua tradição escrita cuja origem remonta o grego e o latim; a segunda vincula o uso a processo de composição de palavras, sobretudo, a casos de prefixação que se estabeleceram em outras fases da língua, ou ainda na língua que deu origem ao português. Ao dizer que são “muitas as regras”, o gramático explicita a diversidade de casos em que se empregavam as consoantes dobradas.

Quando afirma que a abordagem da normatização gráfica caberia em um “grande compendio” e que se concentraria nas regras mais gerais, Coruja sugere uma descrição/prescrição sintética, baseada em casos elementares ou essenciais. São 11 regras, aqui apenas resumidas:

- (1^a) quando usar letra maiúscula;
- (2^a) quando não dobrar a consoante;
- (3^a) quando não usar N;
- (4^a) quando usar CH [K];
- (5^a) quando usar K, e Ph e Y;
- (6^a) quando usar J e G;
- (7^a) quando usar Z em formas verbais;
- (8^a) consoantes que podem ou não ser dobradas;
- (9^a) separação de sílaba (sinal de separação);
- (10^a) separação de sílaba (casos de ditongo);
- (11^a) separação de sílaba (consoantes iguais).

As regras não são explicitamente prescritivas, como se observa em “Começão por letra maiuscula as primeiras palavras de cada período” (Coruja, 1835, p. 63) e em “Nenhuma palavra começa por duas lettras consoantes iguaes”. Pode-se dizer que são descrições que induzem ao uso considerado modelar pelo gramático. O primeiro exemplo aponta para o que deve ser feito e o segundo, para o que não deve ser feito em termos de representação gráfica.

Apesar de as propostas ortográficas oitocentistas apontarem para inexistência de regras eficazes (Barbosa Leão, 1878), Coruja apresenta algumas regras que de fato são observadas nas práticas oitocentistas, como, por exemplo, não iniciar palavras com consoantes dobradas. O que não haverá nos oitocentos são sistematizações que deem conta da pluralidade das representações gráficas, ou uma sistematização que uniformize os usos (Lima, 2014).

Das 11 regras apresentadas pelo gramático, 5 estão relacionadas ao princípio etimológico, ou seja, quase metade da preocupação com a normatização gráfica refere-se aos casos de etimologização (45,45%): quando não dobrar consoantes; quando usar <ch> [k]; quando usar <k>, <ph> e <y>; quais consoantes podem ou não podem ser dobradas (bb, cc, cç, dd, ff, gg, ll, mm, nn, pp, rr, ss, tt; h, j, q, v, x, z); e como separar consoantes dobradas. Fazer uso do princípio etimológico, segundo as regras apresentadas por esse gramático, significa empregar consoantes geminadas e consoantes de origem grega.

As regras relacionadas às geminadas apontam para a restrição da posição nas palavras em que podem aparecer (nunca em início de palavras), quais grafemas compõem o elenco etimológico e como segmentá-los no texto. A limitação a que se expõe a regra diz respeito às “palavras que admittem consoantes dobradas”. Isso

quer dizer que o estudante precisava conhecer a tradição gráfica das palavras para observar se se aplicava as regras apontadas pelo gramático. Não muito diferentes são as regras com as consoantes de origem grega. É necessário dispor de uma erudição em línguas clássicas que permitisse ao estudante conhecer a forma original dessas palavras, situação que restringia a escrita a uma elite com acesso a esse tipo de letramento. É claro que vão surgir no Império instituições escolares, como o Colégio de Pedro II, Colégio Militar e alguns outros ginásios que vão oferecer o estudo de línguas clássicas e modernas. No entanto, segundo o censo de 1872, de 1.902.454 crianças em idade escolar (de 6 a 15 anos), apenas 16,86% realmente frequentavam a escola; e de uma população de adultos de 8.419.672, apenas 18,56% sabiam ler e escrever (IBGE, 1974), o que não é uma garantia de que faziam parte de uma tradição de escrita calcada no modelo latino. Isso quer dizer que havia uma tradição de escrita, mas ainda pertencente a um círculo muito restrito do ponto de vista da formação escolar.

Feita a descrição das regras ortográficas do *Compendio* de Coruja, edição de 1835, é possível depreender os seguintes grafemas consonantais etimológicos:

Tabela 1 - Elenco de grafemas etimológicos de Coruja (1835).

| Consoantes dobradas | Consoantes de origem grega | Consoantes mudas |
|--|-----------------------------------|-------------------------|
| bb, cc, dd, ff, gg, ll, mm, nn, pp, rr, ss, tt | ch [k], k, ph, | çç |

A tabela acima (Tabela 1) aponta o repertório de grafemas consonantais etimológicos que fazem parte de uma tradição de escrita a que está vinculada a língua nacional de Coruja (1835). Observado o testemunho de Coruja nos primeiros anos do Império sobre a normatização gráfica, convém aproveitar o exemplar da FBN, objeto da discussão filológica trazida no início desta seção, e verificar como se desenvolveu essa tradição de escrita na edição da Livraria Francisco Alves & Cia, considerada aqui um testemunho do final do século XIX.

Na edição da Livraria Francisco Alves & Cia, houve uma ampliação da parte destinada à ortografia. Apesar de continuar sendo descrita no mesmo nível hierárquico e ocupar a mesma localização, quarta parte da gramática, há novos itens relacionados à *Orthographia de palavras*. São eles:

- quando usar C e SS;
- quando usar C e S;
- quando usar S [z];
- quando dobrar as consoantes por composição.

Das novas inclusões, nota-se a preocupação em sistematizar a representação gráfica para os fonemas /z/ e /s/, envolvendo os grafemas <c>, <s> e <ss>, assunto que também mobiliza os conhecimentos etimológicos.

Em relação às consoantes dobradas, a novidade em relação à edição de 1835 é a justificação do uso de geminadas considerando a composição das palavras: “nas diversas palavras compostas das preposições ad, con, dis, em, ex, in, inter, ob, sub” – exemplos: “como Ac-clamar, Col-locar, Dif-fícil, Em-magrecer, Ef-feito, Im-mortal, Intel-ligência, Op-primir, Sup-posição” (Coruja, [s/d], p. 89). Pela descrição, recupera-se a formação dessas palavras como fundamento morfológico para a representação gráfica das consoantes dobradas. Essa novidade da normatização de Coruja aproxima-se da proposta de Julio Ribeiro, principal expoente da corrente científica. Para Julio Ribeiro, a regra dos compostos latinos refere-se aos casos de palavras derivadas de compostos latinos, iniciados por um prefixo. Um exemplo é a tentativa de sistematização do uso de <tt>. Segundo Ribeiro (1881, p. 42), “nos derivados de compostos de vocabulos latinos começados por t com o prefixo at (alteração de ad), ex.: <<atenção - attrahir - attributo>>”.

Há também itens já presentes na edição de 1835 e que foram ampliados. É o caso da 4ª regra. A versão da Livraria Francisco Alves, a partir do exemplo já presente na primeira edição, <Monarchia>, testemunha sobre os usos de seu tempo: “é admissível nos nomes que já o tiverem de origem: como em Monarchia, que muitos já escrevem Monarquia” (Coruja, s/d, p. 87). Nota-se nesse testemunho uma norma gráfica em que o uso se impõe a ponto de merecer registro no texto de uma gramática.

A 5ª regra também foi ampliada. Além dos grafemas <k>, <ph> e <y>, são apresentados os grafemas de origem grega <rh> e <th>. Já na 9ª regra, destinada à separação de sílaba, a edição da Livraria Francisco Alves introduz o grupo das consoantes mudas ao explicar como se dá a separação silábica desses casos (ficam juntas na sílaba seguinte). Essas duas ampliações representam o aumento do repertório de grafemas consonantais etimológicos (Tabela 2).

Tabela 2 - Elenco de grafemas etimológicos de Coruja (Edição Francisco Alves)

| Consoantes dobradas | Consoantes de origem grega | Consoantes mudas |
|---|-----------------------------------|-----------------------------------|
| bb, cc, çç, dd, ff, gg, ll, mm, nn, pp, rr, ss, tt | ch [k], k, ph, rh, th | cd, ct, gd, gm, gn, pç, ps, pt |

Nota-se que a tradição gráfica prescrita em 1835 é mantida na base e sob essa base outros elementos passam a enriquecer o repertório.

O *Compendio da Grammatica da Lingua Nacional* de Antonio Alvares Pereira Coruja não apresenta um conceito de língua ou de linguagem de forma explícita que

permita reconhecer com mais nitidez o que o autor entende por “Lingua Nacional”. Apenas permite supor, por sua organização e pelas citações, a sua filiação à gramática filosófica, como concebe Jeronymo Soares Barboza. Assim, ensinar significa apontar, em meio as regras gerais da linguagem, as regras de uma língua particular, patrimônio comum de um povo, para melhor expressão do pensamento, cabendo a *Orthographia*, parte mecânica da gramática ao lado da *Orthoepia*, a tarefa de garantir a “Boa Escriitura” da língua (Barboza, 1862, p. VIII). É pela escritura que se torna possível “analysar o discurso e descobrir nelle a analyse de seus proprios pensamentos” (Barboza, 1862, p. IX).

Cabe dizer que o cotejo entre edições do *Compendio* de Coruja sugere a manutenção do princípio etimológico nas prescrições gráficas ao longo do século XIX. A base da descrição se mantém e outros elementos etimológicos são incluídos. Para observar até que ponto as prescrições gráficas de Coruja fazem parte de uma tradição de saberes ortográficos, faz-se necessário analisar a ortografia de outros autores participantes da mesma corrente linguística. Por isso, na sequência, são apresentadas as ortografias de Antonio da Costa Duarte e Francisco Sotero dos Reis.

O princípio etimológico na ortografia de outras gramáticas filosóficas

Compendio da Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza (1877) de Antonio da Costa Duarte

Na introdução de sua gramática, Antonio da Costa Duarte afirma que “Grammatica em geral é a Arte de fallar, ler, e escrever correctamente; que seu objecto são as palavras, e que seu fim é exprimir e pintar com distincção, clareza, e fidelidade nossos pensamentos por meio de palavras” (Duarte, 1877, p. 5), o que demonstra alinhamento com a corrente racionalista de seu tempo. O gramático considera que há princípios gerais que regem todas as línguas. É a análise desses princípios gerais que se torna possível ensinar uma língua particular. Por isso, a sua “grammatica da Lingua Portugueza também será a arte de fallar e escrever sem erros a Lingua Portugueza” (Duarte, 1877, p. 8). O autor também lista as quatro partes interdependentes que formam a sua gramática: *Orthoepia*, *Orthographia*, *Etymologia* e *Syntaxe*. Sobre a ortografia, explicitamente aponta a preferência para a abordagem ao fim de sua obra (Duarte, 1877, p. 5).

Duarte (1877, p. 126) inicia a seção dedicada a *Orthographia da lingua portugueza* queixando-se da obscuridade da ortografia usual, por seguir ora as etimologias, ora a pronúncia e até mesmo nenhum dos dois princípios. Também aponta a limitação da *Orthographia Etymologica* que depende de conhecimentos sobre as línguas latina,

grega e hebraica. Acredita que seria mais razoável que os sábios representassem os vocábulos conforme a pronúncia, fazendo uso do *Alphabeto Nacional*. Considera que é tarefa dos filólogos fixar a verdadeira pronúncia da língua, considerando “a lição dos escriptores della” (Duarte, 1877, p. 112), princípio que nomeia de *Orthographia Philosophica* ou da *Pronuniação*. Na sequência, conceitua cada sistema. Aqui se recuperam as informações sobre a *Orthographia Etymologica*. Nesse sistema, deve-se escrever os vocábulos seguindo a pronúncia e a forma que teve na língua original. Vale reproduzir a opinião do gramático quando diz que “A Orthographia Etymologica, e a Usual estão muito fóra do alcance da maior parte da Nação” (Duarte, 1877, p. 128). Ele apresenta regras comuns e particulares de cada sistema.

Regras comuns:

1ª usar as letras do Alphabeto Nacional (apresentadas em Orthoepia):

- nunca se dobram letras no início ou fim de palavra;

- quando usar a letra maiúscula;

2ª usar acento diferencial para distinção de palavras de mesma forma;

3ª como representar a nasal diante de B, P e M;

4ª consoantes que nunca são dobradas (V, Z, J, X, CH, LH, NH, Q); as outras dobram-se entre vogais;

5ª como realizar a separação silábica: geminadas (uma em cada sílaba); consoantes mudas (ficam juntas): cc, gm, gn, ct, nm, pt (A-çção; Au-gmento; Di-gno; Fa-cto; Som-no; A-ptidão. Um detalhe dos exemplos é a segmentação de <mn> na palavra <Som-no>, contrariando a prescrição.

A seguir apresenta suas *Regras próprias da Orthographia Etymologica, e da Usual* (DUARTE, 1877, p. 116) pautada na conservação de letras derivadas das línguas grega, latina e árabe. Assim, apresenta o elenco: K, Y, TH, PH, RH, CH [k], PS, H, X, C, Ç, G, S, quando passa a analisar cada grafema. Traz uma lista de palavras que são grafadas com geminadas para distingui-las de palavras com a mesma forma (Duarte, 1877, p. 138).

Quanto ao item *Da ortografia filozofica ou da pronunsição*, Duarte apresenta regra única, segundo a qual, com base em uma “boa” pronúncia, deve-se escrever, respeitando o *Alfabeto Nacional*. Na sequência, estão listados os grafemas etimológicos depreendidos da obra de Duarte (Tabela 3):

Tabela 3 - Grafemas etimológicos de Duarte

| Consoantes dobradas | Consoantes de origem grega | Consoantes mudas |
|---|-----------------------------------|-------------------------|
| bb, cc, dd, ff, gg, ll, mm, nn, pp, tt. | k, th, ph, rh, ch [k], ps, h | cc, gm, gn, ct, nm, pt |

Grammatica Portugueza (1871) de Francisco Sotero dos Reis

Adepto da gramática filosófica e sob influência de Du Marsais, Sotero dos Reis divide sua gramática em geral e particular em seu “Prolegomenos”, parte inicial de sua gramática. Para o autor, enquanto a gramática geral é uma ciência especulativa que estuda leis universais, com princípios “de eterna verdade”; a gramática particular é uma arte. Caberia à “arte de aplicar aos principios immutaveis e geraes da palavra os usos e idiotismos da lingua portugueza” (Sotero dos Reis, 1871, p. vii).

Sotero dos Reis divide seus estudos gramaticais em “Etymologia”, “Syntaxe”, “Orthographia” e “Prosodia” (Sotero dos Reis, 1871, p. viii). O autor, inclusive, reconhece que deu maior atenção à etimologia e à sintaxe, ao mesmo tempo, especulativas e práticas. Por outro lado, a menor atenção à ortografia e à prosódia deve-se ao fato de serem modificáveis uma vez que não seguem os princípios gerais da linguagem.

O autor inicia a exposição da seção *Orthographia* tendo como foco os caminhos de seu aprendizado. Segundo o autor, a melhor forma de aprender é através da prática, ou seja, o aluno deve ser exposto à leitura de bons autores e consultar os dicionários. Se não cabe a especulação, Sotero dos Reis limita-se “a poucos preceitos a tal respeito”, acreditando que é tarefa do professor oferecer aos alunos modelos para que possam “escrever correctamente” (Sotero dos Reis, 1871, p. 275). Não por acaso, vão surgir no mercado editorial oitocentista livros de leitura, como o próprio Coruja o fez.

A ortografia, em Sotero dos Reis, compõe-se de dois planos: alfabético e extra-alfabético. O alfabético seria formado por grafemas que representariam cada som da língua. Já no extra-alfabético os sinais de pontuação que ajudam na organização do discurso. O autor reconhece que perdeu mais tempo nessa parte da ortografia, porque poderia ser mais especulativa, uma vez que se associa à sintaxe.

No plano alfabético, sua descrição não é exaustiva. Acredita que já é do conhecimento do aluno. Elenca apenas alguns casos que dariam margem à dúvida. O elenco de grafemas consonantais etimológicos é construído a partir desses casos. Portanto, não há uma exposição dos grafemas, de forma alfabética ou articulatória, como fazem os gramáticos do período científico. O que temos é uma exposição por assunto: acento, ditongo nasal, consoante dobrada, compostas por <h> e outros casos derivados do latim. Dessas regras se depreende um elenco formado por geminadas, compostos por <h> e compostos por caracteres mudos. As geminadas ocupam maior espaço, pois são exemplos de duas regras: uso das consoantes dobradas e escrita por analogia. A regra dos compostos por <h> indica um uso essencialmente etimológico. Eis os grafemas reconhecidos nas prescrições dessa obra (Tabela 4):

Tabela 4 - Grafemas etimológicos de Sotero dos Reis

| Consoantes dobradas | Consoantes de origem grega | Consoantes mudas |
|--------------------------------|-----------------------------------|-------------------------|
| ll, cc [s], mm, tt, cc [k], bb | ch [k], ph | çç, ct |

Comparação de normas gráficas de gramáticas oitocentistas

Estudadas a *Orthographia* de Antonio Alvares Pereira Coruja, assim como as *Orthographias* de Antonio da Costa Duarte e Francisco Sotero dos Reis, convém comparar seus elencos de grafemas etimológico. A comparação de grafemas etimológicos segue a proposta de Lima (2014, p. 109). De acordo com a metodologia, deve-se apontar, na parte superior da tabela, os grafemas prescritos por todos os gramáticos estudados (consenso total), considerados como os essenciais para a normatização gráfica, seja por representar os principais elementos etimológicos, seja por suscitarem insegurança na implementação de seus usos. No outro extremo, figuram os grafemas que representam a opção gráfica de apenas um gramático (Dissenso). Entre os extremos gradualmente há o consenso parcial entre os gramáticos. Acredita-se que quanto maior for o consenso entre os gramáticos, maiores serão as chances de encontrar nas práticas gráficas dos textos modelares os mesmos grafemas (Lima, 2014, p. 260). Essa tabela também permite aferir o grau de inserção dos redatores nesse modelo de escrita. Assim, quanto mais um redator avança entre essas escalas de consenso, indo até os casos prescritos por apenas um gramático, mais inserido está nas práticas de escrita de seu tempo (Barbosa; Lima, 2019).

Segue a escala de consenso (Tabela 5):

Tabela 5 - Escala de consenso entre gramáticos racionalistas

| | |
|------------------|---|
| Consenso total | bb, cc [s], cc [k], cç, ll, mm, tt, ch [k], ph, |
| Consenso parcial | dd, ff, gg, nn, pp, k, ct, |
| Dissenso | th, rh, h, gm, gn, nm, pt, ps |

Os grafemas que estão no consenso total estão presentes em todos os gramáticos estudados e são considerados indispensáveis às descrições e possivelmente muito presentes nas práticas gráficas dos redatores, e, por isso carecem de sistematização por parte das gramáticas. Nota-se a predominância de casos de consoantes dobradas, uma constante preocupação dessas gramáticas que procuram indicar em quais casos são aceitáveis. Por outro lado, o dissenso representa aqui o que apenas um gramático prescreveu. Nota-se na tabela o predomínio de grupo das consoantes mudas seguidas por grafemas de origem grega. É possível que a maioria dos gramáticos não encontre sistematização satisfatória para serem apresentadas ao seu público. O que interessa observar é que quase todos os grafemas da escala estão presentes no elenco de Duarte, à exceção de <h>. Vale dizer que é a obra mais tardia aqui analisada entre os racionalistas (1877).

Esse fator temporal é relativizado em Sotero dos Reis (1871), com elenco ainda menor que o de Coruja (1835). Isso acontece de forma consciente, uma vez que Sotero dos Reis se dispõe a apresentar apenas o essencial, como já observado anteriormente, elegendo a prática da leitura como estratégia de apropriação do modelo de escrita.

Será justamente a obra de Coruja, na edição de Francisco Alves (entre o final do século XIX e início do XX), que se reforçará a tese de desenvolvimento da prescrição do princípio etimológico. Ao comparar o elenco de grafemas etimológicos de Duarte (1877) ao elenco da edição do *Compendio* de Coruja publicada no final do século XIX, percebe-se que este último é levemente mais abrangente (Tabela 6):

Tabela 6 - Comparação entre elencos de grafemas etimológicos

| | |
|--|---|
| Coruja (Edição Francisco Alves) | bb, cc, dd, ff, gg, ll, mm, nn, pp, tt, ch [k], k, ph, rh, th, cç, cd, ct, gd, gm, gn, pç, ps, pt |
| Duarte (1877) | bb, cc, dd, ff, gg, ll, mm, nn, pp, tt, k, th, ph, rh, ch [k], h, cç, gm, gn, ct, nm, pt, ps |

Nesse sentido, o exemplar da obra de Coruja, disponível no acervo da FBN, torna-se fundamental para compreender a história dessa normatização. Nesse exemplar, encontram-se os grafemas estabelecidos por Coruja (1835) e outros grafemas que foram incorporados ao longo da história da circulação dessa obra e melhor representam o modelo ortográfico para seus editores na virada do século XIX. Isso sinaliza para a ampliação do repertório de grafemas etimológicos ao longo do século.

Essa percepção é ratificada, quando se observa o elenco de grafemas etimológicos das gramáticas do período chamado de científico. Com base no levantamento feito por Lima (2014), sobre o elenco de grafemas etimológicos de gramáticas brasileiras sob o paradigma científico dos oitocentos, foi possível observar as aproximações de normas gráficas das gramáticas racionalistas (Tabela 7):

Tabela 7 - Comparação entre gramáticas racionalistas e gramáticas científicas

| | |
|---|--|
| Gramáticas racionalistas: Coruja (1835); Sotero dos Reis (1871); Duarte (1877) | bb, cc [s], cc [k], cç, ll, mm, tt, ch [k], ph, dd, ff, gg, nn, pp, k, ct, th, rh, h, gm, gn, nm, pt, ps |
| Gramáticas científicas: Ribeiro (1881); Gomes (1897); Ribeiro (1894) | bb, bh, cc [k], cqu, k, kh, kkh, ch [k], bd, cd, dd, dh, gd, ph, gh, gm, gn, mn, rh, rrrh, ps, sc, sch, bt, phth, pt, th, sch, sh, zz, ff, gg, h, ll, nn, cc [s], cç, pç, ct, mm, pp, tt |

Dessa comparação, observou-se que a aplicação do princípio etimológico se ampliou na passagem entre as correntes gramaticais. Isso quer dizer que não há uma ruptura entre as abordagens gramaticais (racionalista e científica) do ponto de vista da etimologização gráfica e sim um desenvolvimento dessa descrição/prescrição, ainda que a seção ortografia tenha se deslocado da parte final para o início e tenha deixado de figurar como uma parte direta da gramática, em muitos manuais. A leitura das gramáticas científicas desta pesquisa sugere que a opção por descrever os fatos da língua (Ribeiro, 1881), na perspectiva histórico-comparada, exigiu que a descrição abordasse mais do que os casos considerados essenciais para o ensino das primeiras letras, o que resultou em um elenco bem mais exaustivo em boa parte das gramáticas científicas, em alguns casos, como o de Ribeiro, indo além dos usos efetivamente praticados (Lima, 2014).

Assim, fazer parte da tradição de escrita da “Lingua Nacional”, pensada para o Brasil independente, tendo como referência as ideias ortográficas dos gramáticos brasileiros do século XIX, significa aplicar aos textos escritos um modelo usual, sob forte influência do princípio etimológico. Influência esta já observada duplamente em Coruja: em sua primeira edição (1835), identificando ali os elementos fundamentais para descrição e uso; na edição Francisco Alves, indicando a tendência de ampliação de repertório, confirmada nas gramáticas científicas do período.

Conclusão

O *Compendio de Grammatica da Lingua Nacional* é um importante testemunho das ideias linguísticas e das ideias ortográficas do Brasil independente, que procura formar seus próprios recursos de instrumentalização da língua. A mobilidade geográfica de sua obra (da província para a corte) deixa transparecer a relevância que mereceu ao longo do século XIX.

Consoante ao programa estabelecido por lei para o ensino das primeiras letras, traz ao seu público uma metalinguagem didática que procura estudar a linguagem humana como expressão do pensamento a partir do caso particular da Língua Portuguesa. Sua ortografia ocupa o espaço final, mas como parte da gramática, assim como outros gramáticos racionalistas apresentados, Antonio da Costa Duarte e Francisco Sotero dos Reis.

Na parte destinada à ortografia, apresenta regras elementares para seu público, apesar de reconhecer que o assunto mereceria uma obra exclusiva, como o fez anos depois no *Compendio da Orthografia da Lingua Nacional* (1848). Assim mesmo, é possível depreender um elenco de grafemas etimológicos formado por consoantes dobradas, consoantes de origem grega e consoantes mudas. Ao comparar o elenco produzido na edição de 1835 ao elenco da edição da Livraria Francisco Alves

(provavelmente do final do século XIX), observou-se a ampliação do repertório de grafemas, indício dos usos ortográficos do período.

Em comparação com outras gramáticas filosóficas, foi possível perceber semelhanças quanto à posição e à hierarquia do conteúdo ortográfico nas gramáticas. Além disso, estabeleceu-se uma escala de consenso dos grafemas etimológicos, desde o consenso de prescrição entre todos os gramáticos até a prescrição envolvendo apenas um dos gramáticos. Tal escala permite visualizar aquilo que era provavelmente considerado essencial para a prescrição gráfica.

O elenco de grafemas etimológicos da obra de Coruja publicada por Francisco Alves já acenava para a ampliação do repertório, o que tornou necessária nova comparação. Desta vez, com gramáticas científicas. Reconhece-se que o conteúdo em gramáticas científicas passa a ocupar uma posição hierárquica menos proeminente, mas localizada geralmente na parte inicial da gramática. Em relação aos grafemas etimológicos, nota-se a continuação da tradição escrita, com o aumento do repertório, em função da perspectiva histórico-comparada que prevê descrição exaustiva dos fatos da língua.

Por fim, a tradição gráfica, presente nas prescrições de Coruja, voltadas ao ensino da língua nacional, expressa, em termos gráficos, aquilo que era tomado como modelar, ou, ao menos, essencial para o reconhecimento do grau de inserção do princípio etimológico em meio a coexistência de ortografias no primeiro século do Brasil independente.

Referências

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BARBOSA, A. G.; LIMA, A. X. O Controle indireto de perfis sócio-históricos em corpora histórico-diacrônicos: a identificação de graus de letramento pela grafia etimológica do século XIX”. In: CASTILHO, A. T. *História do português brasileiro: corpus diacrônico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2019. p. 168-205.

BARBOSA LEÃO, J. *Coleção de estudos e documentos a favor da reforma da ortografia em sentido sônico*. [S. l.]: [s. n.], 1878.

BARBOZA, J. S. *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou princípios da grammatica geral*. Lisboa: Typ. Da Academia, 1862.

BLAKE, A. V. A. S. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. 1 v.

BRAGANÇA, A. A Francisco Alves no contexto da formação de uma indústria brasileira do livro. In: BRAGANÇA, A. (org.). *Rei do Livro: Francisco Alves na História do Livro e da Leitura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2016. p. 15-30.

BRASIL. *Lei de 15 de outubro de 1827*. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Império. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html>. Acesso em: 05/04/2023.

CAVALIERE, R. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 23, p. 102-120, jan./jun. 2002.

CAVALIERE, R. *A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros*. Rio de Janeiro: Lexicon, 2014.

CORUJA, A. A. P. *Compendio da grammatica da lingua nacional*. Rio de Janeiro: Typographia de V. F. de Andrade, 1835.

CORUJA, A. A. P. *Compendio da grammatica da lingua nacional*. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia, [s/d].

DUARTE, A. C. *Compendio da Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*. Maranhão: Antonio Pereira Ramos D'Almeida, 1877.

IBGE. *Recenseamento do Brazil em 1872*. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, 1874. 1 v.

LIMA, A. X. *Descrição da ortografia portuguesa: a inserção do princípio etimológico na prescrição e na prática gráficas oitocentistas*. 2014. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

MORAES SILVA, A. *Diccionario da lingua portugueza*. 2. ed. Lisboa: Typ. Lacérdina, 1813.

POLACHINI, B. S. *Uma história serial e conceitual da gramática brasileira oitocentista de língua portuguesa*. 2018. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

RIBEIRO, J. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Teixeira & irmãos editores, 1881.

GONÇALVES, M. F. Ortografia e ideologia: a geração sônica. In: SILVA, M. (org.). *Ortografia da língua portuguesa: história, discurso e representações*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 95-113.

SOTERO DOS REIS, F. *Grammatica portugueza*. Maranhão: Typ. de R. d'Almeida & C., 1871.